

Extended Abstract Submission

(Português)

TÍTULO  
**O VALOR DO ESTADO DE DIREITO E  
A SUA VIOLAÇÃO NA HUNGRIA \***

*Dora Resende Alves*

Departamento de Direito, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal;  
[dra@upt.pt](mailto:dra@upt.pt)

*Daniela Serra Castilhos*

Departamento de Direito, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal;  
[dcastilhos@upt.pt](mailto:dcastilhos@upt.pt)

*Ana Maria Xavier*

Departamento de Direito, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal;  
[40850@alunos.upt.pt](mailto:40850@alunos.upt.pt)

**PALAVRAS-CHAVE**

Estado de direito; Hungria; União Europeia; valores; democracia

---

\* O presente texto é resultado da investigação realizada no âmbito do Módulo Jean Monnet *The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights* pelo que é cofinanciado pela União Europeia.

Extended Abstract Submission

**TÍTULO**  
**O VALOR DO ESTADO DE DIREITO E**  
**A SUA VIOLAÇÃO NA HUNGRIA**  
(500-800 palavras)

PAINEL PREFERIDO: ( ) CIÊNCIAS SOCIAIS  
( ) MARKETING E NEGÓCIOS  
( ) EDUCAÇÃO  
( x ) MULTIDISCIPLINAR

*Objectivo;*

Dependendo toda a nossa realidade do Direito e da forma como está organizado o Estado, nela se refletirá quando os pressupostos da democracia e do valor do Estado de Direito não estão presentes. Pretende-se com este estudo, esclarecer especificamente o caso da Hungria, enquanto país membro da União Europeia (UE) desde 2004, em consequência de suas controversas ações recentes, em que se incluem mudanças constitucionais, interferências na liberdade académica e de imprensa e, principalmente, limitações de competências do Tribunal Constitucional colocando em risco a independência do poder judicial. Verificar os impactos e encaminhamentos no cenário político da União Europeia, diante dos riscos manifestos de violação da ideia de Estado de direito pelo poder político deste país. Tendo sempre em conta o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) como textos jurídicos de base.

*Concepção/metodologia/abordagem;*

A Hungria, que era considerado um dos principais países democráticos da Europa pós-socialista, no seguimento da queda do Muro de Berlin em 1989, aparece no cenário político internacional, após 2010, como um país que passa por diversas transformações que não somente afetam e descaracterizam a democracia, mas que constantemente desrespeita os valores e a base ideológica do Estado de direito, nos termos do artigo 2.º do TUE. O poder instituído, valendo-se da maioria absoluta a seu favor no Parlamento húngaro, promoveu

## Extended Abstract Submission

ações que foram desde alterações na Constituição, distribuição de favores a empresários, a denúncias de interferências na liberdade acadêmica e de imprensa e, principalmente, limitações de competências do Tribunal Constitucional interferindo na independência do poder judicial em geral. Comportamentos que colocam em causa o princípio da separação de poderes e o respeito pelos direitos fundamentais.

Após um enquadramento doutrinal e recorrendo à documentação da União Europeia através de uma metodologia de análise documental, busca-se a colocação desta problemática na defesa dos valores da União Europeia proclamados nos Tratados institutivos, seja com recurso a atos legislativos, documentos de *soft law* ou jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

## Resultados;

Propõe-se nesta apresentação uma reflexão sobre as ações adotadas pelo poder político na Hungria, verificando que as alterações ensejam violações ao valor do Estado de direito na União Europeia, analisando o impacto que essas medidas têm provocado na esfera política internacional, principalmente dentro das instituições que compõem a União Europeia e ainda, que elas predisõem a uma possível punição por parte da mesma UE resultantes do processo dos artigos 258.º a 260.º do TFUE e, eventualmente, acionando o mecanismo do artigo 7.º do TUE.

## Limitações/implicações da investigação;

Trata-se, atento o tema e a realidade *as we speak*, de um trabalho em progresso. Perante esse preocupante cenário ainda em aberto, surge então a necessidade de analisar quais foram as reais mudanças ocorridas na estrutura básica desse país que pressupõem violações ao valor do Estado de direito, sem deixar *a priori*, de ser feito um breve histórico da concepção de Estado de direito, procurando compreender o motivo pelo qual esse é o ideal que os países considerados democráticos, e certamente os Estados-Membros da UE, procuram alcançar e defender. Ademais, é imperioso abordar os princípios etimológicos e conceituais da expressão Estado de direito que inspira os ideais democráticos, bem como o ponto de vista do direito positivo no que tange a princípios, tratados e ainda nas previsões da Carta dos Direitos

Extended Abstract Submission

Fundamentais da União Europeia (CDFUE), nomeadamente o seu artigo 47.º.

#### Implicações práticas/implicações sociais

A Hungria sempre foi considerada um país importante no cenário dos países localizados no leste Europeu, pois além de ter passado por diversos conflitos entre as duas guerras mundiais, sempre buscou sobreviver diante de crises étnicas, políticas e principalmente económicas, que vez ou outra perturbaram o país. Tinha conseguido conduzir-se a ser um dos países mais modernizados e promissores em relação à consolidação do Estado de direito após o pedido de adesão à UE em 1994 (nos termos do artigo 49.º do TUE), cujo fim, afinal, parece ter sido tão somente o de conseguir obter a aprovação e entrada da Hungria para o grupo seletivo de países da União Europeia, concretizada pelo tratado de adesão em 2003.

#### Originalidade/valor

No mundo globalizado em que vivemos, muito se tem discutido sobre os valores e a base ideológica do Estado de direito, bem como as crises das democracias liberais. Os acontecimentos políticos com impactos internacionais e recentemente crises políticas em países que fazem parte do conjunto de Estados-Membros da União Europeia, têm sido alvo de preocupações, em consequência da postura e ações de governantes que constantemente tem desrespeitado os direitos e valores intrínsecos no Tratado da União Europeia e na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, quando deveriam estar defendendo, respeitando e protegendo tais direitos. Essa observação condicionará a pesquisa futura. Importa estudar e conhecer situações que perigam os valores defendidos pela União Europeia nos Estados que nela coexistem no sentido de a comunidade científica beneficiar com os resultados.

#### **REFERÊNCIAS** escolhidas

Alves, D. R. & Trindade, C. F. G. (2019) Do artigo 7.º do tratado da União Europeia na situação da Polónia. *Estudios de Derecho Iberoamericano*, vol. III, Porto: Universidade Lusófona do Porto, p. 695-696. Disponível no Repositório UPT, <http://hdl.handle.net/11328/2860>.

## Extended Abstract Submission

Canotilho, J. J. G. (1999). *Estado de Direito*. Lisboa: Editora Gradiva, 4-7. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/51189296/joaquim-jose-gomes-canotilho-estado-de-direito>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

Comissão Europeia (2019). Estado de Direito: Comissão lança um debate para reforçar o Estado de Direito na UE. *Comunicado de Imprensa*. Bruxelas, abr, 1-2. Disponível em: <[https://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-19-1912\\_pt.htm](https://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-1912_pt.htm)>. Acesso em: 15 set. 2019.

Duarte, M. C. (2018). Hungria, o Estado de Direito em Crise? *Revista Portuguesa de Ciência Política*. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 9, 17. <DOI:10.33167/2184-2078.RPCP2018.9/pp.13-30>. Acesso em: 6 set. 2019.

Kovács, K. & Tóth, G. A. (2011). Hungary's Constitutional Transformation. *European Constitutional Law Review*: Jun, 7, 184. Disponível em: <DOI: 10.1017/S1574019611200038>. Acesso em: 6 set. 2019.

Martín, J., & Nanclares, P. (2019). La Uinón Europea como comunidade de valores: a vueltas com la crisis de la democracia e del Estado de Derecho. *Revista Teoria y Realidad Constitucional*, [S.l.], 43, 121-159. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.5944/trc.43.2019.24401>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

Novais, J. R. (2006). *Contributo para uma teoria do estado de direito: do estado de direito liberal ao estado social e democrático de direito*. Coimbra: Editora Almedina.

O'Donnell, G. (2004). The Quality of Democracy: Why the Rule of Law Matters. *Journal of Democracy*, 15, 4,32-46 (Article). Johns Hopkins University Press. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2004.0076>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Pais, S. O. (2018). *Princípios Fundamentais de Direito da União Europeia: uma abordagem jurisprudencial*. Coimbra: Editora Almedina, 3.<sup>a</sup> ed.

Parlamento Europeu (2018). A situação na Hungria. Processo 2017/2131(INL) – Textos aprovados. Estrasburgo: 12 set. 2018. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0340\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2018-0340_PT.html)>. Acesso em: 13 set. 2019.

Silva, E. M. (2005). O Estado Democrático de Direito. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 167, 213-219. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/794>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Silva, M. M. M. & Alves, D. R. (2016). *Noções De Direito Constitucional E Ciência Política*. 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Rei dos Livros.

Vieira, O. V. (2017) A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. *In: Celso Campilongo*

# CBO

Postgraduate Conference 2021

Extended Abstract Submission

(org.), Direito, cidadania e justiça. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, 4, 6. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452007000100003>>.

Acesso em: 15 ago. 2019.



**JEAN MONNET** ★  
**PORTUGALENSE**



Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union